RELATO DA REUNIÃO COM O PRESIDENTE DO INCRA

Data: 06 de novembro de 2014
Local: Sala de Reunião da Presidência, 18º andar
Horário: 15:30h.
Participantes: Maria Cleuza Carneiro e Decio Monteiro - Diretores Nacionais da CNASI
Grupo de Trabalho: Alex-MG, Sandra-CE, Wilton-RO, Carlos-BA e Ronaldo-SEDE-DF
Presidente do INCRA: Carlos Mário de Guedes e Guedes
Diretor Administrativo /INCRA: Juliano Rezende

No primeiro momento Decio Machado, Diretor da CNASI, informou que o GT se reuniu para, observando as deliberações da categoria, sistematizar proposta de remuneração como pauta de luta da categoria, esclarecendo que é do conhecimento do GT que o INCRA está discutindo proposta de reestruturação contemplando revisão da remuneração (apresentada ao GT pelo Diretor da DA – Juliano Rezende), tendo pleiteado a participação das entidades de representação dos servidores na discussão da proposta.

Mencionou preocupação com o cenário político pós-eleição, composição do Congresso Nacional e crise econômica nacional e internacional, sendo que por outro lado, pode representar uma oportunidade já que o INCRA pode apresentar propostas viáveis para o campo, fortalecendo a reforma agrária.

Mencionou a grande capilaridade do INCRA, no momento comprometida com deficiências de capacitação e dificuldades de atuação dos servidores decorrentes de desmotivação geral principalmente em razão do veto.

Ronaldo Alves mencionou que o GT esteve reunido para sistematizar proposta de revisão da remuneração para discussão nas bases, não tendo discutido outros temas relativos à reestruturação do INCRA.

Alex Mansur mencionou o sentimento dos servidores do INCRA e a possibilidade de reverter quadro com encaminhamento de proposta de revisão da remuneração, lembrando da importância de evitar a grande evasão de servidores. Ressaltou a necessidade de participação das demais Diretorias do INCRA na elaboração da proposta de reestruturação do INCRA, bem como sobre a possibilidade de convergência entre a proposta de revisão da remuneração em discussão no INCRA com a proposta da categoria.

Na sequência Cleuza Carneiro fez críticas à proposta de revisão da remuneração em discussão no INCRA, já que está prevista para 2019, ou seja, está diluída em 4 (quatro) anos, quando o Governo tem trabalhado com reajustes em 3(três) anos. Ressaltou que o ideal é que o INCRA apresente proposta de equiparação com o IBAMA de imediato sendo que a Mesa de Negociação é que estabelecerá os prazos, ressaltando a dependência da vontade política como ocorreu no IBAMA e na FUNAI. Ressaltou que será muito difícil discutir com a base da categoria revisão da remuneração com equiparação com o IBAMA diluída em 03 anos. Ressaltou, ainda, a necessidade de valorizar os técnicos de nível médio com requisito de formação técnica específica,

alguns inclusive tendo que arcar com despesas de registro em conselhos profissionais, percebendo uma remuneração no INCRA muito aquém do mercado de trabalho.

O Presidente Guedes iniciou sua fala registrando que está preparado para entregar a gestão, cujo compromisso estava datado. Esclareceu, ainda, que o prazo estabelecido para finalização da proposta foi estabelecido pelo INCRA. A Direção do INCRA entende que é uma obrigação entregar uma proposta de reestruturação do INCRA para o Ministro Rosseto.

Informou que acompanhou muito de perto a negociação em 2012 tendo percebido em muitos setores do Governo muitas dúvidas sobre o papel do INCRA enquanto condutor da política de terras, sendo que naquele momento o INCRA era visto com um enfoque muito negativo. Por outro lado, quando da discussão sobre a emenda percebeu uma nova visão sobre o papel do INCRA, sendo que em discussões com parlamentares também percebeu um ambiente muito diferente do de 2012. Informou também de discussões com o MPOG tratando dos encaminhamentos relativos à aprovação da emenda no Congresso e encaminhamentos no Governo (veto), entretanto também foi discutido sobre a necessidade de reestruturar a remuneração dos servidores do INCRA em razão do desempenho do órgão e da sua capacidade de trabalho.

Esclareceu que a responsabilidade sobre o veto foi atribuída ao Presidente e Ministro do MDA, quando naquela oportunidade estava ocorrendo uma negociação entre o Governo e a entidade de representação da Carreira de Perito Federal Agrário, já que esta categoria não tinha fechado acordo com o Governo em 2012.

Manifestou concordância com pontos levantados pelo Décio, ressaltando que a reeleição indica uma pauta mais a esquerda, no entanto a articulação entre Governo e Congresso será muito dura.

Esclareceu que mantém agendas muito importantes. Com o Ministério Público Federal para discussão sobre o papel, a importância, as dificuldades enfrentadas, buscando reverter visão sobre o INCRA. Com o Tribunal de Contas da União sobre as dificuldades enfrentadas e sobre as providências já adotadas bem como as que estão sendo estudadas para viabilizar as ações do INCRA e corrigir distorções. Neste contexto, entende que o primeiro esforço foi muito importante mas que precisa contar com os servidores e que pretende propor a participação de suas entidades de representação no CONDRAF.

Na sequência mencionou as várias medidas adotadas pelo INCRA na obtenção de terras, infraestrutura, crédito instalação, ATES, etc., ressaltando as conquistas e avanços, especialmente a Lei nº 13.001/14 que trata dos créditos concedidos aos assentados da reforma agrária. Destacou a importância e relevância do SIGEF e Sala da Cidadania cujo alcance superou as expectativas, bem como sobre o trabalho do INCRA referente à aquisição de terras por estrangeiros. Finalizando, destacou avanços e necessidade de novas posturas frente aos movimentos sociais, sobre a necessidade de ajustar sistemáticas de avaliação, sendo primordial avaliar a iniciativa e o comprometimento dos servidores, bem como sobre a posição de categorias específicas no INCRA, ressaltando que a pauta da terra continua um tema muito atual e que vê muitas possibilidades de melhoria para o INCRA, condicionada a sua capacidade de trabalho. Ressaltou que é preciso dar

um tratamento diferenciado para os servidores que estão concentrados em locais onde o INCRA tem as maiores demandas. Finalizou mencionando que tem orgulho e reconhece o valor da atual gestão no avanço demonstrado no quantitativo de famílias assentadas com registro de renda superior a linha de pobreza (de vinte mil famílias em 2011 para mais de duzentas mil em 2014).

Na sequência, Juliano Rezende, Diretor da DA, ressaltou o esforço da Direção do INCRA e resultados da negociação em 2012, mencionando inclusive o avanço no montante inicialmente estabelecido pelo MPOG para o impacto (104 milhões) e no total quando acordado os reajustes (171 milhões). Informou, ainda, que a proposta do INCRA está construída para o intervalo de 2016/2019 baseada nos procedimentos adotados pelo MPOG em 2012 quando da negociação com os servidores.

Decio Machado ressaltou a necessidade de atenção no sentido de ficarem atentos às oportunidades, ressaltando a questão dos orgânicos, da necessidade de dialogar com a sociedade que desconhece o valor e a importância da agricultura familiar, da necessidade de aprimorar a seleção de servidores para o INCRA, de retomar as discussões sobre uma escola de governo.

Ronaldo Alves destacou a importância de rever a estrutura do INCRA apresentando proposta ousada que otimize a estrutura e não pulverize como ocorre atualmente, bem como necessidade do INCRA aperfeiçoar comunicação entre a Direção e os servidores, cuja parcela com noção clara do que está ocorrendo é muito pequena.

Alex Mansur destacou a importância dos avanços no INCRA com o SIGEF e a importância de dialogar com o MPF e TCU (experiência adotada na SR-06/MG). Lembrou da relevância da implantação de uma Corregedoria no INCRA, destacando que o próprio INCRA pode detectar as distorções e buscar as soluções antes de serem apontadas pelos órgãos de controle.

Wilton Marques destacou a necessidade de adoção de política de recursos humanos, esclarecendo que os próprios Superintendentes Regionais podem adotar atitudes no sentido de ampliar a participação dos servidores nas discussões.

Antes de encerrar a reunião, ficou acordado nova reunião a ser agendada na primeira semana de dezembro, para discussão sobre os avanços na proposta de reestruturação em discussão no INCRA, bem como sobre as deliberações da categoria sobre a proposta de revisão da remuneração sistematizada pelo GT/CNASI.

DIREÇÃO NACIONAL DA CNASI